



Bloco de Esquerda

Matosinhos

PROPOSTA DE VERSÃO FINAL

PROJETO DE PROGRAMA AUTÁRQUICO

Matosinhos é, hoje, uma cidade que reflete uma enorme assimetria entre o núcleo urbano e o espaço rural, imbuída de desigualdades, injustiças sociais, atropelos ambientais, pelo que urge pensar esta cidade como um lugar único, criativo, capaz de desenvolver as suas múltiplas valências, garantindo, com efeito, os direitos básicos de todos e de cada um.

A cidade de Matosinhos deve, em nosso entender, primar pela qualidade de vida dos seus cidadãos, deve tornar-se num local de encontro, de partilha, contemplar espaços públicos inclusivos, ecológicos e de qualidade, que potenciem a interação cultural, social e geracional, eliminando, definitivamente, os constrangimentos infligidos aos cidadãos mais carenciados e vulneráveis, aí residentes.

Os Matosinhenses têm o direito de habitar uma cidade sua, segura, distinta, onde o sentimento de pertença reflita, justamente, a igualdade de oportunidades e a inequívoca prevenção de comportamentos disruptivos de assédio, violência, práticas de vandalismo e discriminação. É, por isso, essencial dar voz a cada habitante deste concelho, zelar pelo direito à sua cidadania, propiciar a participação de todos num exercício pleno de democracia.

Neste sentido, o Bloco de Esquerda de Matosinhos, através dos seus candidatos aos diferentes órgãos autárquicos, propõe uma atuação eficaz e consentânea com os princípios da igualdade de direitos consagrados na lei, comprometendo-se a lutar pela proteção dos direitos básicos à saúde, à educação, à cultura, à justiça, empenhados em combater pela indispensável transparência e democracia nas relações entre os serviços municipais e os seus cidadãos.

Na verdade, julgamos imprescindível fomentar laços de estreita colaboração ao nível do poder local, do ponto de vista político, económico, social e cultural, com vista a melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Matosinhos, rentabilizando os recursos logísticos e humanos já existentes, e apostando num verdadeiro trabalho em rede.

Com o intuito de potenciar a aproximação dos Matosinhenses à autarquia, enaltecendo a função social da mesma, consideramos que o programa aqui proposto não é um projeto acabado, mas antes um instrumento dinâmico e em permanente construção, para o qual se solicita a participação de todas e de todos, através de novas propostas, ideias e projetos, no sentido de o tornar o mais incisivo e o mais abrangente possível.

1 – Cidadania, Participação e Transparência

VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA E DA DEMOCRACIA

Para combater o elevado abstencionismo e o desinteresse pela gestão pública, é dever da Câmara Municipal de Matosinhos implementar políticas que promovam a participação cidadã e aproximem os eleitores dos eleitos. Queremos combater a abstenção e enaltecer o exercício de cidadania, indispensável a uma democracia viva e ativa.

TRANSPARÊNCIA DE PROCEDIMENTOS E ACESSIBILIDADE DE INFORMAÇÃO

Face à constante confusão entre os interesses pessoais e os deveres inerentes aos representantes das autarquias, consideramos imprescindível a transparência de procedimentos, a fluidez e acessibilidade de informação em todos os órgãos autárquicos. Julgamos essencial a simplificação e clareza como forma de reabilitar a política e de credibilizar o poder local democrático, pois os excessos de burocracia servem, muitas vezes, para encobrir processos que podem conduzir à corrupção. Exigimos, por isso, o cumprimento escrupuloso das regras democráticas e dos processos administrativos, sem burocracias absurdas, mas com lisura.

Propostas:

- Conferir capacidade de participação e decisão às populações para promover um desenvolvimento equilibrado do território (ex.: direito de petição, referendos locais, orçamentos participativos).

- Impulsionar a articulação colaborativa entre órgãos de poder legislativo (assembleias municipal e de freguesia), órgãos executivos (câmara municipal e juntas de freguesia) e cidadãos, individual ou coletivamente considerados (associações locais e movimentos diversos da cidade).

- Realizar, pelo menos uma vez por ano, em cada junta de freguesia de Matosinhos, um debate público com os seus moradores, para prestar contas das opções do executivo municipal, bem como do cumprimento das mesmas, e ouvir as propostas da população.

- Implementar, já em 2018, o Orçamento Participativo, alocando para esse fim a verba de 1.500.000 euros (1,5% do orçamento municipal) para a realização das seis propostas mais votadas pelos munícipes, até ao valor máximo de 250 000 euros cada.

- Promover programas que impliquem o envolvimento dos cidadãos na vida do concelho, potenciando o compromisso efetivo dos vários parceiros e a consequente alteração das relações dos cidadãos com o poder local.

→ Combater a burocracia e a corrupção através da simplificação e da transparência de procedimentos, credibilizando o poder local democrático.

→ Publicitar processos concursais, tornando-os claros e objetivos, com júris credíveis, para a admissão não só dos cargos dirigentes, mas igualmente para o recrutamento de todo o pessoal, evitando mal-entendidos e desconfianças.

→ Limitar a prática de ajustes diretos na aquisição de bens e serviços, mesmo quando os valores não são muito elevados.

→ Adotar, como prática habitual, a auscultação de pelo menos três possíveis fornecedores, de forma sigilosa, para dar alguma garantia de transparência de procedimento.

→ Transmitir as reuniões públicas do executivo camarário e das assembleias municipais via *streaming*, em direto, na página eletrónica do município.

→ Colocar em prática o *slogan* “Matosinhos sem Papel”, fazendo uso dos meios informáticos disponibilizados pela autarquia.

→ Incentivar os serviços camarários a dar respostas mais céleres aos cidadãos e permitir o acesso público aos pedidos de licenciamento urbanístico.

2 – Habitação e Mobilidade

APOIO À HABITAÇÃO SOCIAL E REABILITAÇÃO URBANA

Sabemos que o município de Matosinhos desenvolve programas de apoio social, mas que não são suficientes. Apoiar os cidadãos e as famílias com problemas de desemprego ou de baixos salários deve passar pela articulação eficaz com os grupos responsáveis pela ação social nas freguesias.

Por outro lado, a possibilidade de financiamento, lançada pelo governo central para promoção da reabilitação urbana, deveria ser a oportunidade para reabilitar o edificado da cidade e criar condições de habitação dignas para os seus habitantes de sempre e/ou para atrair novos moradores.

A reabilitação das habitações degradadas implica a permanência dos seus habitantes nos locais onde sempre viveram, evitando a guetização em bairros periféricos. Além do mais, todos sabemos que quanto mais próximo for o local de trabalho da habitação, menor será a

pegada ecológica. A par disso, consideramos de extrema importância o aumento do conforto térmico nas habitações e equipamentos, com recurso a fontes de energia alternativas.

REMUNICIPALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA TARIFA SOCIAL DA ÁGUA

A água é um bem precioso e cada vez mais restrito. O seu controlo estratégico deve ser público, pois o acesso a água de qualidade e saneamento são um direito de todos. Os negócios privados do fornecimento de água têm trazido prejuízos aos municípios que contratualizaram com empresas privadas a sua distribuição.

Em Matosinhos, por exemplo, o Tribunal de Contas considerou, perfeitamente leonino, o contrato de concessão do fornecimento de água à INDAQUA (grupo financeiro israelita), em virtude de apresentar uma clara desvantagem para os munícipes, que, aliás, têm visto o preço da água subir, contrariamente ao que fora prometido. Na verdade, o contrato estabelecido previa alcançar um número de utilizadores que não se verificou, obrigando o município a compensar a concessionária por esse facto.

QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

A Câmara Municipal de Matosinhos tem responsabilidades na alimentação dos jovens estudantes das escolas locais. A qualidade da alimentação fornecida nas cantinas escolares nem sempre prima pelo equilíbrio. Por esse motivo, consideramos essencial criar algumas condições que permitam melhorar a qualidade das refeições servidas aos nossos jovens, recorrendo, nesta medida, a profissionais qualificados que darão instruções para garantir a segurança alimentar nas escolas.

Por outro lado, consideramos que urge apoiar os habitantes locais com baixos rendimentos, disponibilizando cantinas sociais com gestão pública. Não se pode aceitar que ainda existam, hoje em dia, famílias inteiras que não conseguem confecionar, pelo menos, duas refeições por dia e cujas crianças dispõem somente dos alimentos (almoço e lanches) fornecidos nas suas escolas.

TRANSPORTES PÚBLICOS DE QUALIDADE PARA TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO

Toda a política de mobilidade e transportes deve ser centrada nas pessoas, com prioridade para as deslocações pedonais. Em nosso entender, os espaços urbanos e as suas acessibilidades devem ser pensados a partir de um pressuposto de deslocação pedonal dos munícipes, com todas as suas especificidades e limitações. As praças, ruas e avenidas de todo o concelho de Matosinhos devem ser espaço abertos, de comunicação e, obviamente, devem conferir segurança aos transeuntes.

Para controlar o trânsito de veículos privados, não é suficiente transformar o concelho num gigantesco parque de estacionamento pago e a céu aberto. Antes é necessário criar as

condições para que os cidadãos tenham acesso a transportes coletivos suficientes, em termos de frequência, de horários, de preços e de comodidade.

Neste sentido, julgamos que o serviço público de transportes coletivos deve ser alargado a todo o perímetro do concelho de Matosinhos, servindo em condições de igualdade todos os aglomerados populacionais, o que, lamentavelmente, nesta cidade, ainda não é uma realidade.

Num território como Matosinhos, a bicicleta é também uma possibilidade a ter em conta, mas não chega pintar muitas bicicletas nos pavimentos, e chamar a isso ciclovias, quando em muitas ruas não há condições para os utilizadores de bicicletas transitarem com segurança e não existem pontos apropriados para estacionamento seguro desses veículos.

Os transportes públicos urbanos que circulam devem, igualmente, ser constituídos por frotas não poluentes. Embora não haja transportes camarários, o Município de Matosinhos passou a ter responsabilidades na gestão dos STCP, por isso propomos que seja utilizado o recurso do apoio à substituição de veículos de serviços urbanos ambientalmente limpos, disponível pelo Estado, conforme o estipulado em Diário da República.

SIMPLIFICAÇÃO DA BILHÉTICA NOS TRANSPORTES PÚBLICOS

Os sistemas de cobrança dos transportes públicos devem ser integrados e simplificados, de modo a evitar sobreposições de pagamento ou não utilizações que provocam prejuízo aos utentes. O cartão Andante e a bilhética do metro são encarecidos pelo facto de os utilizadores pagarem muito mais do que os percursos realmente percorridos.

REABILITAÇÃO DA ESTRADA DA CIRCUNVALAÇÃO

Desde há muitos anos que este é um tema recorrente nas preocupações do Bloco de Matosinhos. As recentes propostas vindas a público sobre as alterações nesta estrada, que serve quatro municípios, carecem de acompanhamento, porque quando chamados a debater este assunto devemos priorizar, especialmente, os direitos dos peões.

Nas plantas e apresentações que são noticiadas, aparecem sempre grandes corredores para automóveis, elétricos, bicicletas e peões. Todavia, as entradas e saídas nunca aparecem de forma muito clara, nem tão pouco os cruzamentos e atravessamentos. Na nossa opinião, estas zonas de peões deverão ter a importância devida – a máxima.

Propostas:

→ Alargar o Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento, fazendo uma avaliação mais rigorosa da situação de cada cidadão.

- Erradicar as ilhas, ainda existentes no concelho, e construir habitações sociais dignas e a preços controlados para os seus habitantes (nas proximidades dessas ilhas), integrando-as no tecido urbano, de forma inclusiva, e evitando setorizações sociais.
- Aumentar a oferta pública de habitação com rendas acessíveis aos vários setores da sociedade.
- Encontrar os meios para promover a reabilitação sem descaracterizar as áreas a reabilitar (Áreas de Reabilitação Urbana).
- Regular o mercado comercial da habitação e a turistificação, uma vez que a procura por parte de turistas, dos mais diversos países do mundo, não pode servir de álibi para justificar todos os atropelos aos interesses das populações locais.
- Equacionar a possibilidade de remunicipalizar o fornecimento de água em Matosinhos.
- Atribuir aos utentes, com baixos rendimentos, uma Tarifa Social da Água que os beneficie, independentemente do responsável pela distribuição pública da mesma.
- Zelar pela qualidade das ementas escolares em articulação com as direções das escolas.
- Implementar cantinas sociais de gestão pública para a população carenciada com baixos rendimentos.
- Proporcionar uma boa rede de transportes públicos que cubra de maneira satisfatória todo o território do município.
- Diminuir as deslocações pendulares e reduzir o congestionamento de tráfego.
- Garantir que todos os veículos públicos dispõem de acesso a cadeiras de rodas e que são menos poluentes do que a maioria dos atuais.
- Rever os tarifários dos transportes públicos, equacionando a possibilidade de os utentes pagarem apenas pelos percursos percorridos.
- Melhorar as condições para cidadãos com mobilidade reduzida (população sénior, portadores de doença física ou deficiência), com os necessários passeios rebaixados e suficientemente largos, sinais sonoros nas passadeiras e piso que permita a circulação de cadeiras de rodas.
- Requalificar as ruas assegurando passeios alargados, pistas para bicicletas (realmente praticáveis) e um número mínimo de árvores.

→ Redirecionar o trânsito automóvel, tendencialmente num sentido único, e impor, nas zonas urbanas do concelho, um limite de velocidade bastante inferior a 50km/h.

→ Criar uma Comissão Intermunicipal que trate a reabilitação da estrada da Circunvalação com enfoque nos peões e na qualidade de vida dos seus habitantes.

3 – Ambiente e Espaço Público

DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE

A cidade de Matosinhos tem de fazer um planeamento eficaz do seu território direcionado para a qualidade de vida dos seus cidadãos e gerindo os seus recursos de forma eficiente e eficaz, com o intuito de tornar este concelho sustentável, atento às diferentes gerações que o habitam. A subavaliação de ameaças identificadas ou a simples sobrevalorização de propostas que agravam as suas vulnerabilidades não podem ser um contínuo neste concelho.

Um dos problemas mais graves com que a humanidade se debate, logo também os habitantes de Matosinhos, relaciona-se com as alterações climáticas motivadas pelo aquecimento global, cuja evidência já claramente se sente e cuja rápida evolução é uma ameaça grave. A produção de energia de origem fóssil, carvão e hidrocarbonetos, constitui uma fatia muito importante na pegada ecológica e no aquecimento global.

Na verdade, é hoje comumente aceite, e está cientificamente comprovado, que o aquecimento global é motivado mormente pela atividade humana. Assim, do nosso ponto de vista, a descarbonização da economia e da sociedade deve constituir uma preocupação prioritária para todos os cidadãos de Matosinhos, particularmente para os que se propõem a assumir responsabilidades autárquicas.

ARBORIZAÇÃO DAS MARGENS DAS AUTOESTRADAS DO CONCELHO

Devido ao crescimento desenfreado de urbanizações e mega espaços comerciais, Matosinhos está a ficar cada vez mais desequilibrado, no que diz respeito a espaços verdes. A quota legal determinada para espaços verdes nas urbanizações e outras construções é, invariavelmente, esquecida ou substituída por compensações. Em cada freguesia, nas urbanizações cooperativas ou camarárias, nas zonas mais interiores do concelho, bem como nas grandes zonas comerciais, as avenidas, ruas mais largas, rotundas e restantes espaços livres estão subaproveitados como possível mancha verde.

Os taludes das autoestradas (A4, A28 e A41), que atravessam o nosso concelho de norte a sul e de leste a oeste, são um exemplo gritante dum ambiente muito pouco verde, que os Matosinhenses não merecem. Quanto à tipologia da natureza envolvente, e à semelhança do que já existe em alguns locais, seria benéfico o plantio de citrinos em conjugação com outros tipos de árvores, adequadas a cada um dos locais. A plantação de árvores nesses taludes, e em pequenos bosques nos locais livres, serviria, concomitantemente, para melhorar o mapa de ruído de Matosinhos e contribuir para o aumento da qualidade do ar.

LIMPEZA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO LEÇA

Apesar das várias intervenções já realizadas, como a limpeza das margens e a criação de pequenos parques, o rio Leça e os seus afluentes continuam com a água bastante poluída.

Atualmente, as situações de derrames de efluentes não tratados não são comparáveis às que se verificavam há duas ou três décadas atrás, mas a água continua sem condições para ser apreciada, como beleza natural e motivo de lazer, pois ainda existem problemas graves de mau cheiro e espumas não naturais.

Será um desperdício, de tempo e dinheiro, todo o esforço para “embelezamento” das margens, se não forem eliminadas as fontes de poluição, visíveis ao longo de todo o leito do rio, em cada um dos quatro concelhos (Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos).

O Bloco de Esquerda irá propor nas respetivas assembleias municipais, a criação de uma Comissão Intermunicipal para gerir, através dos respetivos Pelouros do Ambiente, a eliminação de todos os despejos poluentes naquele que já foi um local de passeio por excelência na zona do Grande Porto.

AUMENTO DOS ESPAÇOS DE FRUIÇÃO COLETIVOS

Para melhorar a qualidade de vida dos Matosinhenses, é necessário aumentar os espaços de fruição coletivos nas zonas verdes do concelho de Matosinhos e garantir o livre acesso aos mesmos (Parque Municipal de S. Mamede, Parque das Varas, Parque de Real, Parque da Ponte do Carro, etc.), uma vez que a multiplicação de zonas verdes potencia a diminuição da poluição e, naturalmente, a proteção do meio ambiente.

TRATAMENTO DOS ANIMAIS ERRANTES

Já há muito tempo que o Bloco de Esquerda se preocupa com a grande quantidade de animais errantes nas diversas freguesias do nosso concelho e com a falta de apoio do município às associações protetoras desses animais. Consideramos fundamental criar uma procuradoria dos animais; promover campanhas para adoção de animais abandonados; conceber um equipamento móvel para esterilização e socorro veterinário; mediar a colaboração do canil e gatil municipal com as associações de apoio animal (em termos

veterinários e no registo dos animais); controlar e rastrear as matilhas errantes, desparasitando-as e esterilizando-as; contribuir para o registo gratuito dos cães nas juntas de freguesia (numa base de dados acessível a todos); e, finalmente, criar parques de recreio para cães com bebedouros.

MONITORIZAÇÃO DOS CENTROS DE PERIGOSIDADE DO CONCELHO

O nosso concelho apresenta alguns pontos de perigosidade, já conhecidos, mas nem sempre devidamente monitorizados. Para além de um porto marítimo de grande movimento, Matosinhos tem no seu território a refinaria de Leça da Palmeira; depósitos de combustível dentro do perímetro da cidade; é cruzado por rodovias diversas; e é atravessado pelas rotas aéreas de aproximação ao aeroporto. São, portanto, necessárias algumas medidas que assegurem um mínimo de proteção dos cidadãos matosinhenses.

CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO RÁPIDA NOS BOMBEIROS

Na cidade de Matosinhos, existem quatro associações de bombeiros voluntários, todas elas lutando com maiores ou menores dificuldades financeiras e até de recrutamento, o que as torna pouco operacionais para responder a possíveis ocorrências.

O Bloco de Esquerda tem vindo, há muito tempo, a propor a criação de equipas de intervenção rápida de bombeiros profissionalizados, com formação adequada, que seriam instaladas nos quartéis já existentes, para permitir uma resposta atempada e eficiente. Estas equipas seriam financiadas pela Câmara Municipal de Matosinhos, teriam um sistema de comunicações comum com georreferenciação, e funcionariam num sistema de economia de meios, usando os materiais já existentes e dispersos pelas unidades, que deveriam estar devidamente catalogados e ser do conhecimento de todos. Este sistema seria bastante mais económico do que a instalação de um corpo de bombeiros profissionais e permitiria a manutenção dos corpos de voluntários como força de retaguarda no apoio à prestação de socorro.

Equipar os corpos de bombeiros com coisas tão simples como um compressor móvel para carregar garrafas de ar comprimido, fariam toda a diferença nas intervenções em que estas são necessárias. Do mesmo modo, uma simples adaptação dos tanques de água permitiria a sua utilização no combate aos fogos com espuma, evitando gastos escusados.

ACONDICIONAMENTO DE SUCATAS NO PORTO DE LEIXÕES

No Porto de Leixões, as condições insuficientes e precárias do acondicionamento de resíduos metálicos, e outros que têm sido importados para abastecer a siderurgia e se mantêm durante muito tempo a céu aberto, têm libertado substâncias perigosas para a saúde pública, constituindo, por conseguinte, uma amarga realidade nesta cidade.

Recentemente, por responsabilidade da APDL, foi decidido cobrir com uma lona este monte de resíduos para reciclagem, mas não é suficiente, visto que, quando as máquinas iniciam os

trabalhos de manuseamento, uma nuvem de pó altamente poluente levanta-se deste monte para a via pública, paragem de autocarro, estrada e para as casas dos moradores das imediações. Como este depósito ocorre na margem do rio Leça é posto, direta e inequivocamente, em perigo o seu lençol freático.

Compreendemos que esta matéria-prima é importante para a produção da siderurgia, até porque uma parte dessas produções se destina à exportação. Contudo, consideramos que devem ser tomadas medidas urgentes que assegurem a preservação da saúde pública e a proteção do meio envolvente.

RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Na nossa opinião, a recolha seletiva de resíduos, cujo destino é o aterro sanitário, diminui a sua deposição de forma indiferenciada, evitando todos os problemas ambientais que daí derivam. Consideramos, portanto, ser prioritária a separação e recolha dos vários resíduos sólidos existentes no nosso concelho.

Propostas:

→ Reduzir a pegada ecológica e a emissão de CO₂, melhorando a qualidade do ar que se respira em Matosinhos, criando mais espaços verdes e arborizando as margens das autoestradas.

→ Promover a eficiência energética nos edifícios públicos, através de fundos a 90% do Programa Portugal 2020.

→ Substituir combustíveis de origem fóssil por energias mais limpas (alternativas), como contributo importante para combater as alterações climáticas.

→ Colocar painéis para aquecimento de águas e painéis fotovoltaicos em todas as instalações municipais, incluindo os conjuntos habitacionais sob gestão camarária, previstos no *Pacto de Autarcas* de 20.05.2010.

→ Criar um programa de apoio e incentivo à utilização de energia fotovoltaica nas habitações particulares.

→ Propor a criação de uma Comissão Intermunicipal para gerir a eliminação de todos os despejos poluentes do Rio Leça.

→ Conceber um Regulamento Municipal de Proteção Animal que integre várias valências e que permita uma articulação mais eficaz com as associações de Matosinhos que operam nesse âmbito.

- Monitorizar e supervisionar permanentemente os centros de perigosidade de Matosinhos, com vista a aumentar a proteção dos cidadãos do concelho.
- Criar equipas de intervenção rápida de bombeiros profissionalizados, com formação adequada, para permitir uma resposta atempada e eficiente.
- Deslocalizar produtos altamente nocivos, que aguardam tratamento em reciclagem, para áreas delimitadas e mais apropriadas.
- Aumentar o número de ecopontos de recolha seletiva de resíduos, inclusive óleos, pilhas, rolhas de cortiça, lâmpadas e pequenos eletrodomésticos.
- Promover campanhas de mobilização constantes para a recolha seletiva (não só nas escolas mas para todos os cidadão), utilizando os meios disponibilizados pelos serviços do município (ex. cartazes e redes sociais).

4 – Direitos Sociais e Laborais

LARES DE TERCEIRA IDADE E INFANTÁRIOS DE GESTÃO PÚBLICA

Cerca de 30% dos cidadãos portugueses são idosos. Esta realidade social implica uma adaptação das estruturas existentes para responder às necessidades de tantos cidadãos com dificuldades em termos de baixíssimas pensões, de solidão e até de más condições de habitação. Existem algumas estruturas de apoio como lares e centros de dia, geridas por IPSS, ou empresas, mas são seletivas e bastante caras, fazendo com que haja situações verdadeiramente dramáticas.

A Câmara Municipal de Matosinhos deveria encarar a possibilidade de criar verdadeiros lares e centros de dia, de gestão pública, de acesso aberto a todos idosos do concelho, servidos por profissionais devidamente qualificados, e recusar as eternas práticas assistencialistas, num exercício de expressão de direito e não de pura solidariedade. O nosso município, que integra a Associação dos Municípios Amigos das Pessoas Idosas, deve promover ações conducentes a um envelhecimento ativo, como poderá ser a simples criação de um Plano Diretor Municipal para o Envelhecimento Ativo.

O nosso concelho deveria equacionar, identicamente, a criação de berçários e infantários (até aos 3 anos), com gestão pública, que permitissem aos pais trabalhadores deixarem os seus filhos em segurança, garantindo-lhes os cuidados apropriados.

ACESSO A SERVIÇOS DE SAÚDE

A saúde é um dos setores que não deve deixar a esfera do poder central, isto é, que não deve ser municipalizado, atendendo ao facto de um grande número de municípios não disporem de recursos que permitam assegurar esse serviço essencial à população. Apesar disso, o poder local pode contribuir para dar melhores condições aos utentes do Serviço Nacional de Saúde, em termos de melhoria das acessibilidades, de proporcionar transportes e de supervisionar a manutenção dos edifícios, nomeadamente dos centros de saúde.

As Comissões Sociais de Freguesia, pela sua maior proximidade, podem colaborar com o município no apoio às famílias, que dispõem de poucos recursos, e na ajuda aos idosos, no fornecimento de medicamentos e no seu transporte, desenvolvendo um papel importante junto dessas populações. Campanhas de informação e de divulgação de processos preventivos constituem armas que podem ajudar a melhorar a qualidade de vida dos doentes e idosos que habitam Matosinhos.

UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS/ HOSPITAIS DE RETAGUARDA

O aumento do envelhecimento da população arrasta a conseqüente necessidade de criar unidades de cuidados continuados para acolher os idosos que, por deixarem de ter atendimento hospitalar normal, necessitam de um acompanhamento permanente por parte de profissionais devidamente habilitados para prestar esse serviço. Além disso, a entrega de terrenos municipais a entidades privadas, para a construção de clínicas destinadas a serviços que são obrigação do Serviço Nacional de Saúde, parece-nos extremamente desajustado, num Estado que se pretende equitativo socialmente.

DESCENTRALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

No que diz respeito à Educação, sublinharemos a importância da descentralização de poderes, em detrimento da municipalização da Educação, pois consideramos que deverá existir um maior envolvimento das autarquias, enquanto parceiros importantes na definição das políticas educativas locais, particularmente no que diz respeito às questões relacionadas com as infraestruturas (manutenção e apetrechamento). Com efeito, pensamos que há competências que pertencem única e exclusivamente ao Estado e a Educação é uma delas – o Estado não pode nem deve demitir-se da sua obrigação social de promover uma escola pública igual para todas e todos.

Para além deste aspeto, consideramos que a autarquia de Matosinhos deve fomentar as atividades extraescolares, rentabilizando, por exemplo, os equipamentos culturais e desportivos do concelho em estreita articulação com as escolas (ex.: prática de desporto federado nas mais diversas modalidades, atividades de expressão artística diversificadas).

Municipalizar a Educação num país com tantas assimetrias, com grande diversidade de práticas municipais, com carência de meios, nesta área em concreto, e com uma prática de

incumprimento por parte do poder central nas suas responsabilidades para com o poder local, poderia comprometer de forma irremediável a formação base dos jovens do nosso país.

FORMAÇÃO DE PÚBLICOS PARA A CULTURA

Temos de valorizar a cultura, que é a base da nossa Educação e da nossa História e não podemos esquecer que o verdadeiro património das cidades são as pessoas vivas. Na cidade coexistem muitos mundos, com especificidades e necessidades próprias, cabe, portanto, ao poder autárquico integrar e assegurar as respostas, sem excluir ninguém, conferindo oportunidades diversas, especialmente aos mais vulneráveis: crianças, portadores de deficiência e a população idosa.

Partindo da premissa de que a cultura liberta o Homem, cabe-nos olhar com atenção para os equipamentos culturais já existentes no concelho de Matosinhos (as Bibliotecas Municipais, o Arquivo Municipal, a Casa Museu da Quinta de Santiago, o Teatro Constantino Nery, entre outros), e articulá-los numa política social e cultural coesa. Porém, do nosso ponto de vista, esta não é uma tarefa que se compadeça com uma legislatura, é trabalho de fundo e moroso.

Matosinhos dispõe já de estruturas culturais assinaláveis como a Casa da Arquitetura, e do Design, a Orquestra de Jazz, o Quarteto de Cordas, a Galeria Municipal, as Bibliotecas etc., mas é imprescindível apoiar outras artes, nomeadamente os criadores jovens, muitas vezes com dificuldades para aceder a locais para expor as suas obras, criando condições para o surgimento de novos públicos e para a evolução da criação artística.

Para além do carácter festivo de muitas iniciativas municipais, com os seus objetivos próprios a curto prazo, e que se repetem anualmente, está na altura de ter uma nova visão e de implementar novas estratégias, de apostar num trabalho de base, promovendo a literacia no concelho e criando um maior envolvimento na produção cultural. O nosso intento é o de gerar massa crítica, empoderamento pessoal, tornar os cidadãos mais responsáveis e formar, por conseguinte, novos públicos para a cultura.

DISSEMINAÇÃO DA PRÁTICA DESPORTIVA

Temos consciência de que os clubes desportivos do concelho têm um importante papel na formação dos nossos jovens em matéria desportiva. O município de Matosinhos deve continuar e alargar o apoio financeiro aos clubes em torno de projetos definidos, para possibilitar a formação de jovens nas diferentes modalidades, desviando para esse fim os fundos, por vezes avultados, utilizados para financiar, unilateralmente, equipas de futebol profissional.

REGULAÇÃO DOS DIREITOS NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS

A existência de estabelecimentos prisionais que albergam centenas de reclusos/os, no concelho de Matosinhos, merece uma atenção particular. Não queremos imiscuir-nos em matérias estritamente judiciais e da esfera política nacional, mas não podemos descurar o facto de, ainda que temporariamente, o nosso concelho acolher tantas pessoas nessas condições. Neste sentido, importa estarmos atentos e vigilantes relativamente a esta realidade, de forma a garantir a defesa dos direitos consignados na lei para todos os cidadãos, em termos sociais e culturais, que facilitem a reinserção social destes cidadãos, após o cumprimento das suas penas.

ERRADICAÇÃO DO TRABALHO PRECÁRIO E DO DESEMPREGO

Propomos que o município de Matosinhos abandone de imediato o sistema dos CEI - Contrato de Emprego e Inserção e CEI+, implementado há anos, com essa remuneração miserável de 84€ + subsídio de refeição, e o tempo do subsídio de desemprego a contar. Este sistema, executado pelo "Governo Sócrates" e muito utilizado por câmaras, juntas de freguesia, empresas municipais, Ministério da Educação, é humilhante para os desempregados que para ele são insistentemente encaminhados, e ocupa muitos milhares de postos de trabalho permanentes.

O desemprego, entre os mais jovens, mas também o de longa duração, continua a ser um flagelo em Matosinhos. A utilização de empresas *outsourcing* para execução de serviços de limpezas, recolha de resíduos, jardinagem, entre outras, é igualmente uma exploração inaceitável que deve ser condenada. A cada posto de trabalho deve corresponder um contrato de trabalho permanente. Este princípio deve ser escrupulosamente seguido, também, pelo município de Matosinhos.

A autarquia de Matosinhos, através das informações prestadas pelas Comissões Sociais de Freguesia, tem a obrigação de apoiar os Matosinhenses desempregados que habitam o concelho, em conjunto com o IEF, por exemplo, servindo de intermediário entre empregadores e candidatos a trabalhadores, facilitando, portanto, os contactos.

Propostas:

→ Dar continuidade à obra iniciada pela Realidade Social, e financiada pelo Município, que é uma mais-valia para Matosinhos, e estudar a criação de mais unidades com este fim, dado serem insuficientes.

→ Desenvolver um Plano Diretor Municipal para o Envelhecimento Ativo.

→ Disponibilizar berçários públicos para crianças até aos 3 anos, cujos pais sejam cidadãos trabalhadores e apresentem insuficiência económica para pagar instituições privadas.

- Proporcionar aos cidadãos carenciados acesso aos serviços de saúde (medicamentos, transportes) e criar unidades de cuidados continuados em Matosinhos.
- Empreender políticas educativas locais de criação e formação de novos públicos para a cultura.
- Criar uma Linha de Apoio que auxilie os pais e encarregados de educação, e que dê resposta a problemas imediatos ou recorrentes, suportada por pessoal devidamente credenciado em áreas específicas, tais como a educação e a psicologia.
- Fomentar atividades extraescolares para os jovens de Matosinhos, rentabilizando os equipamentos culturais e desportivos do concelho em estreita articulação com as escolas.
- Aumentar a dotação orçamental alocada aos equipamentos culturais do concelho, qualificando os seus recursos humanos.
- Abrir as Bibliotecas Municipais à sociedade, indo além do público estudantil, pois são espaços gratuitos de uso livre e universal.
- Melhorar a coleção e acervo das Bibliotecas Municipais, indo ao encontro dos diferentes tipos de leitores.
- Criar condições de apoio para o surgimento de criadores artísticos nas mais variadas áreas, dando-lhes visibilidade em locais para criação e para exposição das suas obras.
- Continuar a apoiar as estruturas culturais já afirmadas no município.
- Constituir um Conselho de Leitores e Clubes de Leitura, que dinamizem vários tipos de atividades, bem como um Grupo de Amigos dos Museus.
- Fomentar novas experiências e dinâmicas, alargando o seu âmbito a outras redes de contactos - Universidades Seniores, lares, prisões e associações de todo o tipo.
- Potenciar a interação do Arquivo Histórico, fiel depositário da memória, com a comunidade local, fazendo um exercício criativo com as diferentes freguesias, apelando à doação de documentação variada, e mesmo fotográfica, da região.
- Fazer o tratamento documental das doações pessoais e colocá-las à disposição de todos através da implementação da cultura digital.
- Apoiar financeiramente as associações recreativas que desenvolvem atividades culturais (grupos de teatro amador, universidades seniores, entre outras) em torno de projetos específicos e escrutináveis, uma vez que exercem um serviço público deveras importante.
- Implementar políticas de concessão de subsídios com critérios de igualdade e não de discriminação.

- Alargar o apoio financeiro aos clubes Matosinhenses, em torno de projetos definidos, para a formação de jovens nas diferentes modalidades desportivas.
- Garantir os direitos dos reclusos que cumprem as suas penas nos estabelecimentos prisionais do concelho.
- Acabar com o trabalho precário e apoiar os jovens e desempregados na procura de emprego, fazendo uma articulação mais próxima com as instituições envolvidas (ex. IEFP).

5 – Desenvolvimento Económico Sustentável e Descentralização

REGIONALIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

A regionalização democrática, como autarquia intermédia, prevista na Constituição da República, há já quarenta anos, e nunca implementada por falta de coragem política, é uma solução para levar à prática muitas das alterações necessárias na administração pública. As recorrentes afirmações de que a dimensão do nosso país não justifica a implementação da regionalização não faz qualquer sentido, porque países de dimensão menor que Portugal têm regiões instaladas e com êxito.

A regionalização nada tem a ver com as tentativas de passar para municípios e associações de municípios responsabilidades que devem ser centrais. Aliás, as CCDR não têm um funcionamento democrático, não passando de correias de transmissão do governo central e por ele designadas. Só com entidades regionais diretamente eleitas e representativas das regiões será possível ultrapassar as assimetrias regionais. Com efeito, em nosso entender, o investimento público e os fundos comunitários devem ser geridos através de entidades eleitas democraticamente

DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

As freguesias constituem o órgão de Estado mais próximo dos cidadãos. A atribuição de mais competências a estas estruturas democráticas e das correspondentes dotações financeiras diretamente do Orçamento Geral do Estado, devem ser previstas na lei e não ser decorrentes do livre arbítrio dos presidentes das câmaras, evitando situações de dependência que contrariam os princípios democráticos.

Em Matosinhos, é facilmente reconhecível a desigualdade em termos de investimento local nas diferentes freguesias que constituem o nosso concelho. Consideramos, por isso, que é indispensável dar a todas as freguesias o mesmo nível de investimento para combater as assimetrias existentes.

APROVEITAMENTO CRITERIOSO DO MAR E DAS DIFERENTES INDÚSTRIAS A ELE LIGADAS

O mar representa uma enorme mais-valia para Matosinhos, mas nem sempre é encarado dessa forma. A pesca foi sendo menosprezada, ao ponto de se comprar a países estrangeiros o peixe que era capturado pela frota de Matosinhos. As indústrias de conservas de peixe, que foram uma das razões de prosperidade do concelho, estão reduzidas a duas ou três fábricas.

Por outro lado, as praias e os desportos náuticos carecem de incentivos e divulgação para continuarem a ser reconhecidos e mais apreciados pela população, nomeadamente em idade escolar. A melhoria das condições em que operam as escolas de surf instaladas em Matosinhos e que mobilizam dezenas de milhares de surfistas nacionais e estrangeiros, durante todo o ano, é uma necessidade premente. Urge a criação de apoios de praia, contemplando duches, sanitários e locais de muda de roupa, bem como uma rigorosa vigilância para evitar situações de choque de interesses com as zonas balneares.

Em nosso entender, são, desta forma, bastante evidentes algumas das medidas que podem melhorar significativamente a economia do mar de Matosinhos, a saber: um apoio claro e decidido às pescas, que passa por uma ligação entre os investigadores e quem se dedica às capturas, para dar condições de sustentabilidade às espécies piscícolas; a recuperação da frota de pesca e melhoria das condições de vida dos pescadores; campanhas de promoção das nossas praias, dos desportos náuticos (como surf, vela e outros), alicerçados por apoios de praia dignos; e, finalmente, uma boa divulgação da qualidade das nossas conservas e da gastronomia do nosso mar.

CONSTRUÇÃO DO PORTO DE PESCA DE ANGEIRAS

A pesca artesanal representa uma fatia importante na economia do município de Matosinhos. Para a sua manutenção, tem que ser tida em conta, em primeiro lugar, as condições de trabalho e segurança dos pescadores.

Há muito tempo que a construção de um porto de abrigo na zona de Angeiras era prometida e nunca cumprida. Com o recente comprometimento do governo central na construção do molhe, na reorganização das instalações de recolha de pescado e no aprofundamento do canal de acesso, espera-se a melhoria das condições de trabalho e um aumento na captura de pescado, propício ao desenvolvimento do porto de pesca, perspetivando-se o aumento de barcos e de trabalhadores.

REQUALIFICAÇÃO DA DOCA PESCA E ZONA ENVOLVENTE

Embora esta seja uma responsabilidade da APDL, a situação em que se encontra o edifício da Doca-Pesca não se compadece com a necessidade de instalações condignas de salubridade, numa zona que é muito visitada por turistas e onde se encontram grande parte dos restaurantes de peixe que são ex-líbris da nossa terra.

A requalificação de toda a zona envolvente pode constituir uma nova centralidade, atrativa para os visitantes. Com isto não propomos um local asséptico sem o tipicismo agora existente, mas uma zona onde prime a salubridade e onde os visitantes se sintam bem.

APOIO AO COMÉRCIO DE RUA

O comércio de rua ou de proximidade não deve ser encarado como uma forma de comércio ultrapassada, que não responde às necessidades dos nossos dias. A concentração do comércio em grandes superfícies ou em centros comerciais ajudou à diminuição da disseminação do tecido empresarial na cidade; contribuiu, também, para a destruição das comunidades locais, das relações de vizinhança, que se haviam construído em torno da padaria, da mercearia, da farmácia de cada bairro. Por outro lado, as deslocações aos grandes espaços comerciais implicam, muitas vezes, a utilização de automóveis privados, com os problemas ambientais que isso acarreta.

O argumento de que as grandes superfícies comerciais criam postos de trabalho não é totalmente verdadeiro, porque é sabido que o colapso do comércio tradicional destruiu inúmeros postos de trabalho permanentes, ao invés dos trabalhos precários, mal pagos e tantas vezes sem direitos, que a grande distribuição propõe aos seus trabalhadores.

Do nosso ponto de vista, o apoio ao comércio de rua tradicional é uma obrigação das autarquias, pelo menos ao mesmo nível do que é prestado às grandes empresas da distribuição retalhista. Aliás, o caso da Rua Brito Capelo, em Matosinhos, deve constituir um exemplo do que não deve, de modo algum, ser feito.

APOIO ÀS ARTES E OFÍCIOS TRADICIONAIS E CONTEMPORÂNEOS

No sentido de dar a conhecer o que de melhor se faz no campo das artes e ofícios tradicionais ou contemporâneos, contribuindo, simultaneamente, para a recuperação de tradições em Matosinhos, seria importante desenvolver novas atividades e efetuar regulação das diferentes iniciativas que a autarquia pode levar a efeito (câmara ou juntas de freguesia) através da criação de um Gabinete de Apoio às Artes e Ofícios.

É importante um regulamento do município para as feiras de artesanato e afins, evitando a reiterada desconformidade com o verdadeiro estatuto artesão (plasmado na lei). Na verdade, a autarquia pode candidatar-se aos apoios e incentivos à promoção das artes e ofícios promovidos pelo IEF, propiciando uma melhoria das condições, tanto para a dinamização das feiras como para os artesãos.

O artesanato e as feiras podem constituir um atrativo turístico, a par de outras iniciativas devidamente pensadas e organizadas de forma transparente, elevando a qualidade das artes e ofícios dos nossos artesãos e enaltecendo a chancela do município de Matosinhos.

CRIAÇÃO DE ATRATIVIDADE PARA TURISTAS

Matosinhos possui condições que podem constituir atrativos para possíveis turistas. Para além de monumentos históricos de interesse por todo o município, a zona mais antiga da cidade é composta por algumas construções com interesse arquitetónico. Os conjuntos museológicos, embora dispersos, merecem ser conhecidos; as estruturas pré-históricas do castro de Guifões, as bacias de salga de peixe nas praias, as pontes românicas sobre o Leça, são alguns dos exemplos que podem atrair interessados, se forem dados a conhecer de forma dinâmica. Urge, por conseguinte, desenvolver atividades que tragam valor acrescentado para o nosso concelho, que sejam qualificadoras e, sobretudo, que combatam a precariedade.

Propostas:

- Transferir competências efetivas para as juntas de freguesia, acompanhadas dos respetivos envelopes financeiros.

- Criar condições de escala para o desenvolvimento do poder local democrático

- Garantir que o investimento municipal é efetivamente equitativo em todas as freguesias do concelho de Matosinhos.

- Conferir um apoio claro e determinado às pescas, na formação dos pescadores e na requalificação da frota de pesca.

- Promover as praias e os desportos náuticos, como surf e vela, com a instalação de apoios de praia públicos.

- Incentivar a qualidade das conservas e da gastronomia para promover a economia do mar.

- Apoiar em infraestruturas a construção do Porto de Pescas de Angeiras, melhorando as questões de salubridade e as condições laborais dos seus trabalhadores.

- Requalificar a Doca-Pesca e toda a zona envolvente, propícia ao acolhimento de turistas, criando, deste modo, uma nova centralidade em Matosinhos.

- Criar um Gabinete de Apoio às Artes e Ofícios Tradicionais e Contemporâneos.

- Apoiar o comércio de rua tradicional e direcioná-lo para a atração turística.

- Estudar possibilidades de atrair turistas que procuram a nossa cidade, ou que estão simplesmente de passagem, motivando a sua permanência e evitando a sua “fuga” para cidades contíguas.